



CONTRIBUIÇÕES DO PRONAF MULHER E DO PAA NO COTIDIANO DAS MULHERES RURAIS DE ARACRUZ/ES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DE GÊNERO¹

DUATE, Laura M.G.²; ZUMAK, M.R.³

² Mestre em Sociologia Rural e Doutora em Sociologia com Pós-doutorado no Cirad-França. Professora e Pesquisadora associada Sênior na Universidade de Brasília (/PPGMADER/UNB), DF. E-mail: lauraduardeunb@yahoo.com.br

³ Mestranda (UNB), Brasília, DF; especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (UFES), Vitória, ES; engenheira agrônoma (UFES), Alegre, ES. E mail: zumak.ts@hotmail.

RESUMO

As políticas públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero têm papel central na inclusão produtiva das mulheres rurais. Suas ações vão no sentido de incentivar e visibilizar a produção das mulheres e contribuir para o protagonismo das agricultoras no desenvolvimento rural. O Censo Agropecuário de 2006 apontou que grande parte das mulheres rurais continua na invisibilidade produtiva. Parece haver um hiato entre o papel dessas políticas públicas e o protagonismo das mulheres rurais. A pesquisa foi investigar as possíveis contribuições do Pronaf Mulher e do Programa de Aquisição de Alimentos no cotidiano de mulheres rurais de Aracruz, ES. Essas contribuições foram analisadas nas esferas produtiva e reprodutiva para identificar qual o efeito destas políticas na divisão justa do trabalho, no empoderamento pessoal das mulheres rurais e nas relações desiguais de poder entre os gêneros.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres rurais, políticas públicas, relações de gênero.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de origem patriarcal, e no campo não é diferente. A economia rural sempre esteve marcada pela divisão sexual do trabalho. Essa *divisão sexual do trabalho* traduz uma realidade que situa homens e mulheres em espaços laborais diferentes. A maioria dos homens se concentra em atividades fora do ambiente doméstico em atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, o chamado *trabalho produtivo*, enquanto as mulheres permanecem nos lares e nos quintais desenvolvendo atividades domésticas relativas aos cuidados da família e a pequenas produções voltadas para o autoconsumo familiar, com nenhum grau de assalariamento e/ou baixa obtenção de renda, o chamado *trabalho reprodutivo* (MELO e CASTILHO, 2009; BUTTO e LEITE, 2005).

A presença das mulheres rurais brasileiras no campo e na produção agrícola é um fato. As estatísticas (IBGE, 2009) mostram que o rural é habitado por um percentual de mulheres quase equivalente ao percentual de homens, porém ao se verificar as estatísticas de remuneração, número de estabelecimentos rurais, tamanho das propriedades rurais, percebe-se que as mulheres ficam relegadas a índices inferiores aos homens. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2009), do percentual de 15% que habitam o rural brasileiro, 47,38% são mulheres. Essas mulheres estão presentes nas atividades de autoconsumo e de produção para fins econômicos. O Censo Agropecuário de 2006 aponta que 46,6% das atividades de autoconsumo são exercidas pelas mulheres rurais e 16% dos estabelecimentos da Agricultura Familiar têm como responsáveis as mulheres. A razão entre o rendimento médio das mulheres ocupadas em relação ao dos homens ocupados no meio rural é 72,7% (BRASIL, 2009). Apesar da desigualdade de renda,

¹ Projeto de pesquisa para dissertação de mestrado no Programa de Mestrado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPGMADER).



as mulheres estão contribuindo ativamente para o orçamento doméstico. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres rurais contribuem com 42,4% do rendimento familiar e um percentual de 64% das mulheres não auferem remuneração (BRASIL, 2009). Como chefes de família ou não, os dados demonstram que as mulheres agricultoras estão trabalhando, produzindo e comercializando. Porém, um grande percentual continua na invisibilidade no tocante à renda ou remuneração de seu trabalho produtivo. As mulheres rurais desenvolvem suas atividades produtivas, mas também se encarregam da esfera reprodutiva. Possuem jornadas duplas ou triplas de trabalho porque conciliam suas jornadas nas áreas de produção com os cuidados da casa, que, na maioria das vezes, são exclusivos das mulheres. Segundo Carneiro (1994), as várias jornadas de trabalho dão as mulheres uma identidade coletiva. A autora afirma, porém, que essa identidade coletiva ainda está arraigada na tradicional relação entre os gêneros. Em que pese toda essa carga de trabalho para as mulheres (agricultora, mãe, esposa, responsável pelo autoconsumo), elas continuam invisibilizadas dentro de suas casas, nas propriedades rurais e nos espaços de poder. Essa falta de visibilidade do trabalho das mulheres rurais impulsionou a sua organização para a luta por direitos e, principalmente, para serem reconhecidas como sujeitos produtivos no campo.

Incentivados pela organização das mulheres urbanas, ainda na década de 1980, os primeiros movimentos de mulheres rurais foram formados. As mulheres se organizaram dentro e fora dos sindicatos. Houve a construção de pautas de reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais que foram apresentadas ao Estado. As políticas públicas para a agricultura familiar com o recorte de gênero fizeram parte dessas pautas (CARNEIRO, 1994; BUTTO e LEITE, 2010). Políticas públicas com recorte de gênero são políticas que reconhecem as desigualdades entre homens e mulheres e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para as mulheres (FARAH, 2011). Nesse contexto, com a Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro passou a reconhecer os direitos das mulheres e a implementar políticas públicas por meio de programas de transferência de renda, orientadas para a promoção da igualdade entre homens e mulheres (HERNANDEZ, 2009).

A partir de 2003, parte dos recursos dos planos de safras para a agricultura familiar foram destinados, com linhas específicas, às mulheres rurais. E também foram estabelecidas as políticas públicas com recorte de gênero para a agricultura familiar (BUTTO e LEITE, 2010). Entretanto, ainda que existam políticas públicas diferenciadas para as mulheres agricultoras, as mesmas continuam, em grande parte, invisibilizadas no setor produtivo e assoberbadas com a sobrecarga de trabalho em seu cotidiano.

Para analisar o efeito que essas políticas públicas têm no cotidiano de mulheres rurais, seja no aumento da visibilidade produtiva, seja trazendo alguma mudança estrutural nas relações desiguais de poder entre homens e mulheres no campo, foi desenvolvida esta pesquisa. A pesquisa aborda as contribuições de duas políticas públicas destinadas à Agricultura Familiar com recorte de gênero - o Pronaf Mulher e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - no cotidiano de mulheres rurais de Aracruz/ES, com análises e reflexões feitas a partir da perspectiva de gênero. Foram eleitos o Pronaf Mulher e o PAA tendo em vista serem programas que fomentam a produção e a comercialização, respectivamente. O município de Aracruz foi escolhido em razão da experiência profissional da pesquisadora principal com as mulheres rurais, como



divulgadora de políticas públicas para a agricultura familiar específicas para as mulheres.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a relação entre o acesso às políticas públicas com recorte de gênero, a maior visibilidade produtiva e empoderamento das mulheres rurais, e, conseqüentemente, a diminuição da desigualdade de gênero no campo. Deste objetivo geral houve o desdobramento em dois objetivos específicos: (i) analisar as mudanças provocadas no cotidiano das mulheres rurais de Aracruz/ES, em decorrência do acesso ao PAA e ao Pronaf Mulher no que se refere ao aumento da renda, à inserção das mulheres nos arranjos produtivos familiares e a sua participação em organizações representativas da agricultura familiar; (ii) analisar se o acesso às políticas públicas com algum recorte de gênero, tais como o Pronaf Mulher e o PAA, contribui para diminuir a invisibilidade produtiva das mulheres rurais de Aracruz/ES e as desigualdades de gênero no campo.

METODOLOGIA

A pesquisa de caráter exploratório e envolveu três recursos metodológicos principais: levantamento bibliográfico, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Concomitantemente, foram executados os seguintes procedimentos: (i). Seleção, leitura e fichamento de material bibliográfico sobre temas relativos à pesquisa, tais como: organização das mulheres rurais no Brasil, políticas públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero, gênero como categoria de análise, agricultura familiar e desenvolvimento rural; (ii). Coleta e análise de dados de fonte secundária, com o objetivo de fundamentar os temas pesquisados e o universo da pesquisa através de fontes como: censos demográficos e agropecuários e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (iii). Coleta de dados e informações sobre a operacionalização e resultados das políticas públicas estudadas junto aos sites da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), companhia de Abastecimento Nacional de Abastecimento (Conab), Banco do Brasil (BB), Banco Central do Brasil (BCB), propostas de vendas do PAA em Aracruz e outros documentos que se mostraram importantes para a pesquisa. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com mulheres que faziam parte do universo da pesquisa.

O universo de pesquisa incluiu mulheres rurais de Aracruz/ES que acessaram o Pronaf Mulher no período de 2003 a 2017 e o PAA no período de 2011 a 2017. Este recorte temporal foi delimitado pelo ano de criação da política (ou do recorte de gênero) e o ano anterior ao da realização da pesquisa de campo. Foram entrevistadas 11 (onze) agricultoras familiares. Dessas, 02 (duas) acessaram o Pronaf Mulher e 09 (nove) acessaram o PAA. Todas as entrevistadas acessaram o PAA na modalidade Doação Simultânea. O PAA teve início em 2004 sem o recorte de gênero, mas em 2011 houve o acréscimo de um artigo configurando este recorte. O Pronaf Mulher foi criado em 2003. Se constitui em um subprograma do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) criado em 1995. O pequeno número de entrevistas com mulheres que acessaram o Pronaf Mulher foi decorrência da quase inexistência de acesso a esta política pública em Aracruz. Foram encontradas somente duas mulheres. Em relação ao PAA, o recorte amostral foi de 09 mulheres entrevistadas, de um quantitativo de 32 mulheres que acessaram o PAA. Os dados para estabelecer



o quantitativo foram obtidos diretamente das propostas de participação apresentadas à Conab. Foram analisadas todas as propostas, que correspondem a um total de 06 (seis), apresentadas entre os anos de 2014 (primeiro ano de acesso em Aracruz/ES) até 2017. As entrevistas foram elaboradas e realizadas a partir de 15 (quinze) questões norteadoras, com base em 04 (quatro) eixos de análise e suas subdivisões. Eixo 01: Divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo; eixo 02: Acesso às Políticas Públicas (PAA e Pronaf Mulher); eixo 03: Autonomia econômica, e eixo 04: Empoderamento e Organização. As questões foram propostas para que as entrevistadas pudessem alocar temporalmente (antes e depois do acesso) as mudanças em seus cotidianos. Todas as entrevistas foram realizadas nos meses de junho, julho e agosto de 2018, foram gravadas em áudio e depois transcritas, mantendo o máximo de fidelidade. Ao final das entrevistas havia um momento para que as entrevistadas fizessem relatos livres para acrescentar fatos ou percepções que ainda não haviam sido expostos.

O desenvolvimento da pesquisa se baseou na recuperação das experiências vivenciadas por mulheres rurais a partir do acesso às políticas públicas mencionadas e das mudanças ocorridas em seus cotidianos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizada a análise qualitativa dos relatos das 11 (onze) mulheres entrevistadas, extraídos dados referentes às questões norteadoras e construídos gráficos com os dados principais a partir dos quatro eixos de análises que buscaram traduzir em porcentagens as respostas das mulheres entrevistadas.

A análise foi realizada a partir da proposta de Scott (1990) e Luna (2003). Scott (1990) entende gênero como uma categoria analítica, como um elemento constitutivo das relações sociais que se baseia nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma das primeiras formas de significar as relações de poder explícitas ou implícitas entre homens e mulheres. O gênero é construído nas relações de parentesco, na economia, na organização política e na sociedade (SCOTT, 1990). Luna (2003) destaca a importância de, ao analisar gênero, abordar a estrutura social, as relações sociais, os grupos sociais, as mudanças sociais, a opressão, a exploração, o modo de produção, a classe social, dentre outros. Todos esses fatores relacionados com o cotidiano, a família, a educação e o trabalho de homens e mulheres (LUNA, 2003).

Nesta pesquisa, a obtenção de informações para efeito de análise posterior já era observada desde o momento inicial onde a entrevistada respondia as informações pessoais (no cabeçalho) para sua caracterização pessoal. Dentre os itens de caracterização, o item *profissão* foi colocado para, além da obtenção da informação pessoal, também ser configurado como um item analítico. Ao respondê-lo, a entrevistada já estava, automaticamente, informando (ainda que não tivesse essa percepção) seu reconhecimento (ou não) como trabalhadora rural, extrativista, pescadora ou qualquer outra profissão que visibilizasse seu trabalho produtivo.

Eixo 01 – Divisão Sexual do Trabalho

Figura 01: Responsabilidade pelo trabalho reprodutivo



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018.

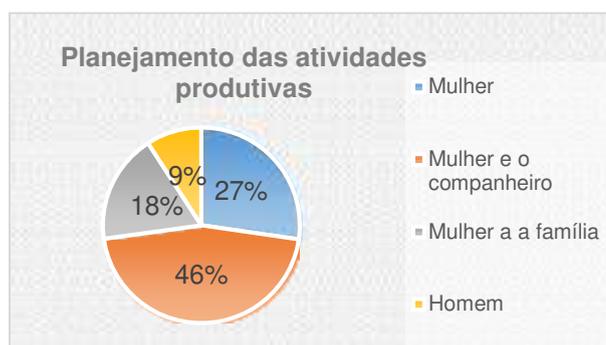
A responsabilidade pelo trabalho reprodutivo ainda recai sobre as mulheres. Elas estão presentes em 100% (cem por cento) dos cuidados com a casa e com a família. Em menos de 50% (cinquenta por cento) há algum tipo de auxílio nas tarefas. Ainda persiste a crença de que os serviços domésticos são de responsabilidade única e exclusiva das mulheres. Foi constatado apenas 01 (um) caso onde há divisão justa de trabalho, ou seja, o casal divide de forma igualitária o trabalho reprodutivo em seu cotidiano. Em relação à divisão entre todos os membros da família, são as filhas, em grande parte, que desenvolvem o trabalho reprodutivo. Foi constatado apenas 01 (um) caso onde filhos e filhas dividem a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo. Percebe-se que quando são apenas as filhas, persiste a divisão sexual do trabalho ainda tendo como padrão as mulheres como responsáveis pelo trabalho reprodutivo, repetindo-se e reforçando-se, portanto, o mesmo padrão patriarcal tradicional de gerações passadas. Nas entrevistas, em relação ao trabalho reprodutivo, foi quase unânime a expressão: “sempre foi assim” para todos os casos: divisão justa, pequeno auxílio ou toda a responsabilidade do trabalho para as mulheres.

Figura 02: Responsabilidade pelo trabalho produtivo



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018.

Figura 03: Planejamento das atividades produtivas



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Para análise do trabalho produtivo, foram computadas as atividades desenvolvidas com recursos obtidos por meio das políticas públicas acessadas. A mulher se encontra responsável total ou em parte pelo trabalho produtivo. Nesse caso, a maior porcentagem desenvolve a atividade em conjunto com seus companheiros. Em outros, como na agroindústria de pães e massas, cujo acesso foi ao Pronaf Mulher, o



marido desenvolve a parte mais pesada do trabalho manual e se responsabiliza pela parte contábil. Nas atividades do PAA, quando em conjunto com o companheiro ou família, as atividades são desenvolvidas de acordo com a aptidão e força física de cada membro. Em muitos casos, tanto mulheres quanto homens, desenvolvem atividades semelhantes, e, naqueles em que as mulheres trabalham sozinhas, os companheiros desenvolvem atividade laboral em outras propriedades, como diaristas, para aumentar a renda familiar.

Nas propriedades onde a mulher realiza sozinha o trabalho produtivo (figura 02), é ela também que planeja sozinha as atividades. A maior porcentagem realiza o planejamento em conjunto com a família ou o companheiro. Há casos em que, antes do acesso às políticas públicas, as mulheres apenas executavam, e, a partir do acesso, passaram a planejar as atividades. Em casos, mesmo sendo o casal a planejar ou a família em conjunto, a mulher se coloca como “a cabeça” da família. Algumas relatam que elas impulsionam seus companheiros para que também se envolvam mais no planejamento e não fiquem apenas com a execução. Quando a mulher já possuía uma experiência anterior na agricultura (e seu companheiro não tinha muita experiência) e também quando ela possui um nível de escolaridade maior que o do companheiro, nesses casos é mais comum que ela fique à frente do planejamento das atividades.

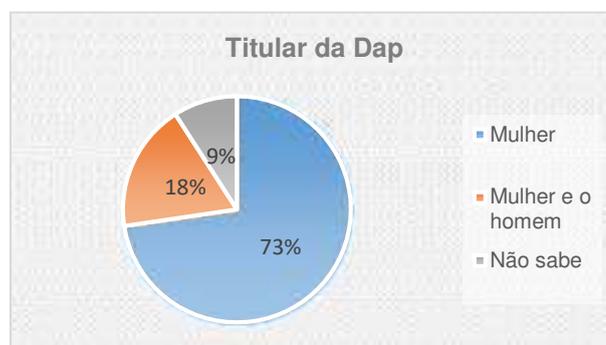
Eixo 02- Acesso às Políticas Públicas (PAA e Pronaf Mulher)

Figura 04: Obteve informação para acessar a política pública



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Figura 03: Titular da Declaração de Aptidão ao Pronaf



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

As associações representam o principal meio de acesso das famílias rurais às informações sobre as políticas públicas. Nos acessos ao PAA houve também a figura do articulador, ligada a uma empresa privada de desenvolvimento rural. O Agente público foi o divulgador do Pronaf Mulher. Em relação à Declaração de Aptidão ao Pronaf (Dap), documento obrigatório para o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, a maioria das mulheres entrevistadas são as titulares. Houve um único caso em que a mulher não soube responder (a entrevistada acessou o Pronaf Mulher). Grande parte das mulheres também possui em seu nome o Bloco de Produtor Rural, documento fiscal utilizado nas operações de venda da produção e comprobatório de trabalho produtivo rural.



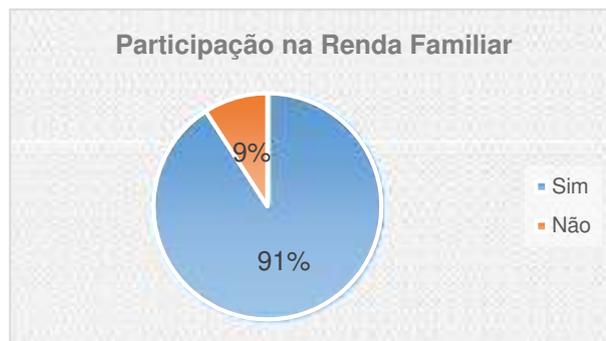
Eixo 03 – Autonomia Econômica

Figura 05: Autonomia para gerir a renda advinda do acesso



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Figura 06: Participação na renda familiar

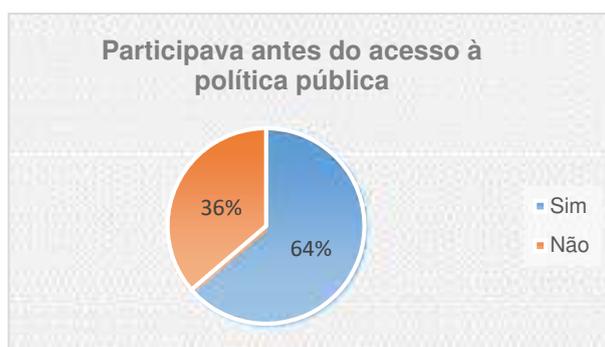


Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Com exceção de uma mulher, todas as demais possuem autonomia para a utilização do recurso financeiro advindo de seu trabalho produtivo e investem parte deste recurso com a própria família. Seja na manutenção da casa, seja na construção ou melhoria da moradia. A maioria delas tem autonomia para utilizar uma parte consigo próprias. No entanto, não foi sempre assim. Há casos em que as mulheres só passaram a ter essa autonomia após o acesso à política pública.

Eixo 04 – Empoderamento e Organização

Figura 07: Participação em organização representativa antes do acesso à política pública com recorte de gênero.



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018.

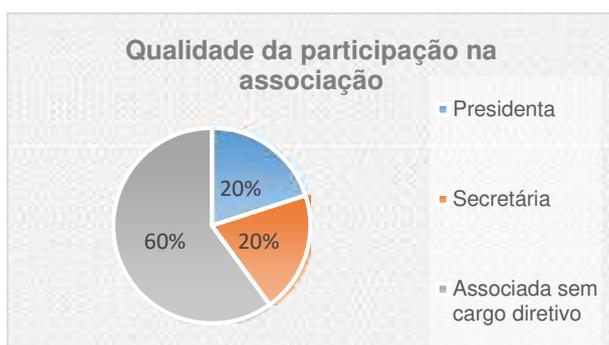
O percentual de 36%, não participava de nenhuma organização representativa da categoria antes de acessar a política pública com recorte de gênero. Observa-se que a maior participação é na associação local representativa da agricultura familiar. Existe um caso em que a agricultora participa do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condersu) e duas outras em colônias de pescadores/as. Entre as agricultoras que já estavam associadas, algumas relatam que passaram a ser mais assíduas nas reuniões



quando despertaram o interesse em participar da política pública, e continuam assíduas após o acesso.

Até a figura 07, o universo de 100% de mulheres rurais foi constituído de 11 mulheres entrevistadas. Apenas 01 (uma) não participa de nenhuma associação, ela está excluída dos dados referentes às figuras 08 e 09. Portanto, o universo de 100% para as figuras 08 e 09 representa um total de 10 mulheres rurais. A partir da figura 10, o universo de pesquisa volta a ser o quantitativo de 11 mulheres.

Figura 08: Qualidade da participação na associação



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Figura 09: contribui com opiniões e sugestões nas reuniões

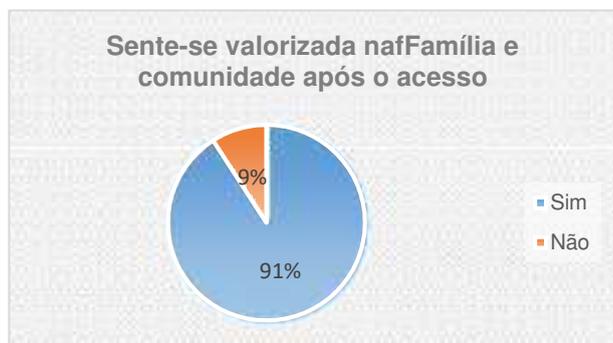


Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Dentre as entrevistadas, há duas mulheres presidentas e duas secretárias das associações. Vale destacar que algumas já exerciam cargo diretivo antes do acesso à política pública. Todas as mulheres em cargo diretivo acessaram o PAA. Entre as associadas sem cargo diretivo, há duas (01 acessou o PAA a outra Pronaf Mulher) que foram convidadas para compor chapa em cargos diretivos, mas alegam não se sentirem preparadas para tal. Uma alega ter dificuldade com leitura, a outra alega falta de tempo. Outra associada (acessou o PAA) relatou que irá concorrer ao cargo de presidenta no próximo pleito da associação. As duas agricultoras que estão como presidenta das respectivas associações relatam que há muitas mulheres com capacidade e preparadas para assumirem cargos diretivos em suas respectivas associações, porém elas não demonstram vontade de participar. Quando convidadas sempre alegam como motivo a falta de tempo ou a falta de experiência. Quando questionadas se não seria em virtude de resistência de seus companheiros, relataram que era mais por acomodação, por não quererem dispor de seu tempo para a resolução de problemas da associação ou de outros compromissos advindos dos cargos diretivos. Entre as mulheres que participam das reuniões das associações, a maioria se sente à vontade para emitir opinião, discordar, sugerir; enfim, colocar seus posicionamentos. As que responderam que participam “às vezes”, relataram que só participam quando dominam o tema em discussão. As que não emitem opinião ou sugestão, justificam-se por não se sentirem com segurança para opinar. Entre as que emitem suas opiniões há uma, hoje secretária da associação, que relatou sua posição antes do acesso. Segundo a entrevistada, antes do acesso ao PAA, sua participação era apenas como ouvinte. Após o acesso, ela participou de outros eventos onde se sentiu valorizada por outros grupos. Desde então ela se sentiu com mais segurança para emitir opiniões e defender seus posicionamentos nas reuniões da associação.



Figura 10: Valorização na família e comunidade



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Figura 11: Percepção de mudanças em seu cotidiano



Fonte: dados extraídos das entrevistas, 2018

Um percentual de 91% das mulheres entrevistadas se diz valorizado no núcleo familiar, na comunidade, em eventos que participam e nas organizações representativas. Algumas dessas mulheres passaram a participar de eventos onde relatam suas experiências com as políticas públicas, com as atividades produtivas e com o agroturismo. Algumas agricultoras receberam a Certificação de Agricultura Familiar² em seus produtos. Apenas 01 (uma) não se sente valorizada em seu núcleo familiar por se sentir totalmente sem autonomia pessoal e financeira. Quanto às mudanças ocorridas em seus cotidianos após o acesso às políticas públicas com recorte de gênero, foi unânime a percepção das mulheres rurais que o acesso trouxe mudança, para melhor. Ainda que haja uma entrevistada (já comentada nos gráficos anteriores) que não alcançou a autonomia econômica desejada e nem o mesmo empoderamento pessoal que outras obtiveram, esta relata que, nos poucos eventos que participou, se sentiu muito bem e aprendeu novas técnicas de trabalho. A entrevistada relata “eu acho que mudou sim, para melhor. Se eu não estivesse (na atividade produtiva, fruto do acesso), eu não tinha dado esse passeio (...) é bom a gente ver as ideias dos outros”. Dentre as outras, muitas citam as novas amigas, as novas técnicas de agricultura que aprenderam, o reconhecimento de órgãos e pessoas, segundo elas “importantes” (políticos, dirigentes de entidades públicas e privadas), que as parabenizam nos eventos. É senso comum a todas que foi muito importante conhecer outras mulheres, de outras organizações e que desenvolvem atividades semelhantes.

A pesquisa revelou que o acesso às políticas públicas com recorte de gênero trouxe pequenas mudanças nas estruturas patriarcais ainda existentes nas relações familiares, no tocante a responsabilidade do trabalho reprodutivo. Essas pequenas mudanças estão mais relacionadas à ausência de conflitos quando a mulher se ausenta de casa e do trabalho reprodutivo em virtude das atividades produtivas. No entanto, a mulher continua com (quase) toda a carga do trabalho reprodutivo. Quando há divisão de responsabilidade entre homens e mulheres, estes (na maioria das vezes) se responsabilizam por pequenas tarefas como esquentar uma refeição previamente preparada pela companheira, ou realizar algumas tarefas domésticas

² Certificação concedida pela Sead comprovando o pertencimento a categoria Agricultura Familiar.



por motivo de impossibilidade física da companheira (doenças) ou pequenas ausências do lar. Por outro lado, as mulheres desenvolvem uma rotina diária de trabalho produtivo. O desenvolvimento do trabalho produtivo contribuiu para a percepção da sobrecarga de trabalho das mulheres. Algumas entrevistadas percebem a sobrecarga de trabalho, mas como estão satisfeitas com progressos obtidos nas atividades produtivas, não cobram da família, ou do companheiro, que a divisão do trabalho doméstico seja feita. Em alguns relatos, há a clara referência da mulher (ao reproduzir a fala do companheiro) que, caso ela questione a sobrecarga de trabalho (reprodutivo e produtivo), a opção será abrir mão da atividade produtiva em prol da atividade reprodutiva. Ou seja, permanece nas relações de gênero, da porteira para dentro nos estabelecimentos familiares, a desigual relação de poder em favor dos homens, até mesmo em decisões que seriam exclusivas das mulheres, como realizar (ou não) seus trabalhos, tanto na esfera reprodutiva quanto produtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revela que houve mudanças significativas em relação à autonomia econômica e gerência sobre a renda adquirida a partir da atividade produtiva. Após o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar com recorte de gênero, as mulheres conquistaram certo grau de autonomia econômica e melhoria na autoestima. Essa autonomia econômica levou, em certos casos, ao empoderamento pessoal. A partir da renda advinda da atividade produtiva, as mulheres conquistaram também seu protagonismo na gerência da renda e no planejamento e execução das atividades produtivas e de comercialização. O empoderamento pessoal parece estar mais para fora da propriedade do que para dentro, principalmente dentro dos lares. Grande parte das mulheres continua realizando de duas a três jornadas de trabalho entre as atividades privadas e públicas.

O acesso às políticas públicas com recorte de gênero contribuiu para aumento e diversificação da produção e organização das mulheres, fortalecendo as suas participações nos arranjos produtivos locais. A maioria saiu do espaço reprodutivo (casas, quintais) e foi para as áreas de produção. Aprenderam novas técnicas e tecnologias, como a utilização de práticas agrícolas que privilegiam o uso de insumos biológicos e sementes crioulas na produção de alimentos. Alguns estabelecimentos familiares que participam do PAA estão em processo de mudança de paradigma produtivo, ou seja, estão deixando as práticas agrícolas convencionais para a readequação da unidade produtiva em consonância com os princípios preconizados pela agroecologia. As mulheres rurais entrevistadas, em sua maioria, participam ativamente de um ambiente antes dominado pelos homens, como a comercialização, e também migraram para o planejamento e a execução de atividades agrícolas. Todas reconhecem como atividade profissional as respectivas atividades produtivas.

A pesquisa demonstra, assim, que a primeira forma de mudança nas estruturas desiguais de poder das relações de gênero se deu na esfera produtiva, mas que a igualdade de gênero no campo está longe de acontecer. Talvez não seja prematuro supor que, com maior tempo de acesso às políticas públicas com recorte de gênero, as mudanças possam adentrar nas relações de trabalho reprodutivo, via autonomia econômica e participação na renda familiar. Espera-se que, à medida que as políticas públicas com recorte de



gênero sejam executadas, haja mudanças positivas na vida das mulheres rurais, pois há relatos nas entrevistas que insinuam que esse caminho é possível.

REFERÊNCIAS

- BUTTO, A. e LEITE, R. Políticas para as mulheres rurais no Brasil: avanços e desafios. IN VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL.2010. **Anais**. Porto de Galinhas/PE.2010
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. **Geociências**, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>. Acesso em 06 de agosto de 2017. 30
- CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Nº 2, junho, p 11-22.1994. UFRRJ /CPDA. Rio de Janeiro/RJ.
- FARAH, M. Gênero e Políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**.V.12, n.1.Florianópolis, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>. Acesso em 03 de agosto de 2017.
- HERNANDEZ, C. O. **Política de Crédito Rural com Perspectiva de Gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** 2009.248 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/rs.2009.
- LUNA, L. G. Histórias, Gênero y Política. V CONGRESSO INTERNACIONAL E INTERDISCIPLINÁRIO DE LA MUJER. **Anais**. San José. Costa Rica.1993.Disponível em: <http://www.ub.edu/SIMS/pdf/HistoriaGenero/HistoriaGenero-03.pdf> Acesso em dezembro de 2017.
- MELO, H.P. e CASTILHO, M. Trabalho Reprodutivo no Brasil: quem faz? **Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro/RJ.V.13, n.1, p.135-158, jan. /abr. 2009.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**. v.15, n 2 p. 71-99, jul/dez.1990. Tradução da versão em francês. Acessível em <http://ser.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em 25 de fevereiro de 2017.